Cuiabá-MT, 21 de janeiro de 2014

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / FARRA COM DINHEIRO PÚBLICO

20.01.2014 | 18h45 - Atualizado em 20.01.2014 | 14h28

Tamanho do texto A- A+

Câmara gastou R$ 1,4 milhão com a saúde de cinco deputados em 2013

Gasto total quase triplicou no ano passado após extinção dos limites para reembolso médico

DIVULGAÇÃO

Clique para ampliar

DO R 7

milhão em 2013 com a saúde de apenas cinco parlamentares. Cada um dos cinco deputados solicitou reembolsos por serviços médicos superiores a R$ 225 mil, o que contribuiu para elevar o gasto da Câmara com assistência de saúde no ano passado para R$ 3.886.888,90 — 2,6 vezes mais que os R$ 1.476.539,39 reembolsados em 2012.

Reportagem do R7 publicada em dezembro, quando o gasto total do ano ainda

nem estava fechado, já havia apontado o aumento, que não foi detalhado pela assessoria de imprensa da Câmara sob a alegação de que os dados seriam sigilosos. Por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527), contudo, a reportagem teve acesso aos números detalhados, que permitem ter ideia de como cada parlamentar usufruiu do benefício.

Entre os deputados que solicitaram os maiores valores de reembolso está o ex-presidente nacional do PSDB Sérgio Guerra (PE), com R$ 240 mil. Procurado, o tucano disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que o ressarcimento de despesas com saúde não é ilegal e "é fruto de uma norma e um benefício da instituição parlamentar". De fato, o problema não está no pedido dos parlamentares, mas na falta de limite para os valores de reembolso solicitados.

Em março de 2013, o Ato da Mesa da Câmara número 89, assinado pelo presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), eliminou o limite de gastos com reembolso por despesas médicas. Segundo a assessoria da Câmara, o ato que extinguiu o limite de gastos "foi publicado em função da inviabilidade operacional da norma anterior, que estabelecia limites para o ressarcimento, mas sem determinação de valores padronizados para cada tipo de procedimento".

Assistência médica

A 2ª Vice-Presidência da Câmara, que é responsável pelos reembolsos, solicitou aos órgãos técnicos da Casa, no ano passado, um estudo sobre a possibilidade de adoção de um plano de saúde para os deputados. O objetivo é definir qual modelo — sistema de ressarcimento ou plano de saúde — é mais vantajoso para a Câmara, dos pontos de vista da economia e da transparência.

Os gastos de 2013 devem contribuir para que os parlamentares optem pelo melhor caminho. Segundo os registros da Câmara, dos 513 deputados, 193 solicitaram reembolsos médicos no ano passado, em valores que variaram de R$ 75 a R$ 357 mil — o presidente Henrique Alves, por exemplo, solicitou reembolso de R$ 25,2 mil.

Saúde

O parlamentar que mais teve valores ressarcidos em 2013 (R$ 357,5 mil) foi Homero Pereira (PSD-MT), que morreu no fim de outubro, aos 57 anos, vítima de um câncer descoberto no início do ano passado. Homero estava internado no Hospital Sírio-Libanês, em decorrência da metástase de um câncer no estômago.

O segundo valor mais alto de reembolso, de R$ 290,8 mil, foi solicitado pelo deputado licenciado e ex-ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), que deixou os cargos para se recuperar de quatro tumores no cérebro — ele não foi encontrado pela reportagem para comentar o valor.

Dono da terceira maior quantia solicitada em 2013 (R$ 281,8 mil), o deputado Edson Ezequiel (PMDB-RJ) se submeteu a uma cirurgia para colocação de um cateter no coração no ano passado e, segundo sua assessoria, se recupera bem do tratamento.

Já a assessoria do deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), que pediu o reembolso de R$ 225,9 mil, informou que, em 2013, o parlamentar se submeteu a uma cirurgia para a colocação de prótese no joelho. Inocêncio ainda usa bengala, mas também se recupera bem do procedimento.

Em nota, Sérgio Guerra informou que as despesas com saúde “foram utilizadas para custear parte de um tratamento ao qual fui submetido no hospital Sírio-Libanês, em São Paulo”, e acrescentou que, no momento, se encontra “em processo de plena recuperação".

Fonte: www.midianews.com.br

Mães não podem vacinar filhos

Mães não conseguem vacinar os filhos e dizem que PSFs também estão fechados

Victor Cabral

Camila Cervantes

Policlínica de VG em caos e com filas para aplicar vacina em crianças

Mesmo em período de pré-campanha, a secretária municipal de Saúde de Várzea Grande, Jacqueline Guimarães (PMDB), que deve concorrer a vaga de deputada federal este ano, "abandonou" a saúde pública do município. Há duas semanas, quem tenta vacinar os filhos não consegue. Cerca de 20 pais que procuraram a Policlínica Moacir D Lannes, no bairro

Jardim Glória, nesta segunda (20), precisaram de paciência. Enquanto isso a titular da pasta segue de férias até dia 30.

Ao **RDNews**, ela disse que não tem conhecimento do ocorrido por estar de fora da atividade, mas garante que vai se inteirar do assunto e tomar as medidas necessárias.

Uma técnica em vacinação da unidade decidiu, por conta própria, limitar o número de atendimento diário. Apesar de a população ter ido para a unidade no período da manhã, só às 13h30 que 15 fichas foram distribuídas. Não há, todavia, garatia de que o atendimento será feito no período da tarde.

Quem procura PSFs em Várzea Grande também não consegue ser atendido. De acordo com os pacientes, os postos estão em reforma e os cidadãos são encaminhados para a Policlínica do Jardim Glória. Kelly da Silva, de 28 anos, mãe de um menino de 9 meses, diz que há mais de uma semana tenta vacinar o filho. Ela mora no bairro José Carlos Magalhães e o PSF mais próximo da sua casa fica no bairro Mapim, mas ele está em reforma.

"Na sexta (17) me mandaram vir para a Policlínica, tive que pegar ônibus, pois moro longe, e não consigo ser atendida. Ai precisei voltar hoje, mas ninguém falou que tinha que ter ficha", questiona. Kelly ainda diz que semana passada foi recomendada a procurar atendimento na unidade do bairro Vila Arthur, já que lá a reforma foi finalizada. Ao chegar no local, no entanto, foi informada que não tinha vacina porque não há geladeira para armazenamento.

Por volta das 15h de hoje, após reclamação dos pais, uma funcionária da prefeitura esteve na Policlínica. De acordo com ela, que não teve o nome informado pelos pacientes, a atitude da técnica não era adequada. A profissional disse aos responsáveis das crianças que a ficha poderia ser utilizada somente como forma de organização, mas não de limitar o atendimento.

A reportagem tentou contato com o departamento de atenção básica de Várzea Grande e com o secretário interino mas não obteve êxito.

Às 20h24 - Policlínica vacina todas as crianças

As mães que aguardavam vacinação na Políclinica de Várzea Grande foram atendidas, sem restrições. A secretaria de Saúde ficou de designar amanhã (21) uma funcionário para trabalhar no período da manhã, a fim de atender a demanda de vacinação.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Para evitar greve, prefeito de VG tem três dias para reajustar salário dos agentes de saúde

Publicado em: 20/01/2014 às 14:45

por Lucione Nazareth/VG Notícias

Tamanho da Letra A A A

Foto:VG Notícias

Clique na imagem para ampliar

O prefeito de Várzea Grande, Walace Guimarães (PMDB), tem três dias – a partir desta segunda-feira (20.01) -, para reajustar o salário dos agentes de saúde do município e evitar a deflagração da greve da categoria por tempo indeterminado - o que pode prejudicar no atendimento dos pacientes nas policlínicas e postos de saúde da cidade.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde do Estado (SINDACS/MT), Dinorá Magalhães, a categoria participou hoje de uma reunião com o prefeito e com a primeira-dama e secretária municipal de Saúde, Jaqueline Beber Guimarães, onde trataram sobre as questões salariais e certificação profissional da classe.

“Conseguimos chegar a um entendimento referente à certificação profissional, mas referente ao salário dos agentes de saúde não houve avanço. O prefeito disse que vai analisar juntamente com sua equipe jurídica, a questão de uma melhoria salarial. Falamos para ele que vamos aguardar até quinta (23) uma resposta, caso ele não ofereça nenhuma proposta que atenda a categoria, vamos parar as atividades. Estamos tentando resolver, mas se o prefeito disser que não tem como melhorar o salário vamos paralisar as atividades, e só retornaremos depois que conseguirmos um aumento salarial”, declarou Dinorá.

Atualmente os 173 agentes de saúde ganham um salário mensal de R$ 714 por 8 horas de trabalho por dia. Walace ofereceu em um novo contrato apresentado à classe, um aumento de salário de pouco mais de 1,5%, passando os R$ 714 para R$ 725, porém, eles desejam um reajuste de pouco mais de 33%, para chegar aos R$ 950.

Conforme Dinorá, a Prefeitura recebe do Ministério da Saúde o valor de R$ 950 por cada agente, repassando apenas R$ 714, sendo que em outros municípios do Estado o valor é repassado integralmente aos profissionais, mostrando assim um “desvio” de recurso.

Vitória da Categoria- Segundo Dinorá, na reunião da categoria com Walace e Jaqueline, a administração municipal prometeu que amanhã (21.01), será publicada no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) a convocação de 171 agentes de saúde aprovados no processo seletivo para tomar posse dos cargos. A convocação dos aprovados era uma das reivindicações da categoria.

A administração municipal garantiu ainda aos agentes de saúde, que a Secretaria de Administração está realizado um estudo para a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) a classe, porém, não foi revelado quando que o levantamento deve ser apresentado aos profissionais e nem quando o PCCV deve entrar em vigor.

Fonte: www.issoenoticia.com.br

JURÍDICAS / SAÚDE
Terça, 21 de janeiro de 2014, 09h52

Projeto libera venda de inibidores de apetite proibidos pela Anvisa

Deputado afirma que a Anvisa invadiu competência do Legislativo e lembra que os médicos discordam da proibição.

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS

O Projeto de Decreto Legislativo 1123/13, em análise na Câmara dos Deputados, susta a resolução (52/11) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Avisa) que proíbe a venda dos inibidores de apetite anfepramona, femproporex e mazindol e cria restrições severas à sibutramina.

De acordo com o autor da proposta, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), a norma extrapola a competência legal da Anvisa e invade competência do poder Legislativo.

O parlamentar lembra que as sociedades médicas de especialistas em obesidade e síndrome metabólica contestam a proibição e questionam o estudo em que a Anvisa se baseou para vetar os anorexígenos. “A retirada dos medicamentos deixou os médicos sem opções de tratamento dos pacientes que precisam perder peso”, diz.

Para Beto Albuquerque, a proibição das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, assim com as restrições severas à sibutramina, vai dificultar principalmente o tratamento de pessoas de baixa renda com obesidade. “Pacientes com mais recursos podem contar com outros tratamentos, como academia ou dietas sofisticadas, o mais pobre não tem essas possibilidades”, afirma.

Tramitação
O projeto será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votado pelo Plenário.